

## PERFIL DOS CONSUMIDORES DE DUAS FEIRAS ORGÂNICAS DE MACEIÓ (AL)

<sup>1</sup> L. S. PINHO; <sup>2</sup> M. A. A. OLIVEIRA; <sup>3</sup> R. C. E. de MENEZES.

Artigo submetido em Jul/2018. Aceito em Set/2018. Revisado em Nov/2018. Publicado em Jan/2019.

**RESUMO:** Este trabalho tem por objetivo traçar o perfil socioeconômico e de saúde dos consumidores de duas feiras orgânicas de Maceió. Trata-se de um estudo transversal, realizado através de entrevistas, utilizando formulário para coletar dados socioeconômicos, de saúde e de consumo alimentar, por meio de marcadores propostos pelo Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional. A maioria dos consumidores tem idade entre 30 e 59 anos (54,0%), é do sexo feminino (64,0%), possui renda familiar maior ou igual a cinco salários mínimos (44,0%) e nível de escolaridade superior (56,0%). A hipertensão arterial foi a doença crônica mais prevalente (24,0%). A prevalência geral de excesso de peso foi de 35,4%, sendo maior entre os indivíduos adultos jovens (42,4%). Os consumidores sabiam a diferença entre alimentos orgânicos e convencionais (90,0%); o principal motivo para comprá-los é a sua saúde (70,0%); além disso, a pouca frequência das feiras (26,0%) é um dos fatores limitantes para o acesso. Entre as sugestões de alimentos orgânicos estão: o tomate (26%), cenoura (20%), pimentão (18%), cebola (14%) e couve (10%). Os resultados mostraram a necessidade de ampliação e qualificação dessas feiras em Maceió, além da diversificação da produção para atender a demanda dos consumidores.

**PALAVRAS-CHAVE:** Alimentos orgânicos. Perfil do consumidor. Feiras agroecológicas.

## PROFILE OF CONSUMERS OF TWO ORGANIC FAIRS OF MACEIÓ (AL)

Article submitted: Jul / 2018; Accept: Sep / 2018; Revised: Nov / 2018; Posted: Jan / 2019.

**ABSTRACT:** This work has as objective to draw the socioeconomic and health profile of consumers of two organic fairs of Maceió. This is a cross-sectional study, conducted through interviews using a form to collect socioeconomic, health and food consumption data through markers proposed by the food and nutrition surveillance system. Most consumers are between 30 and 59 years old (54.0%), female (64.0%), have household income greater than or equal to five minimum wages (44.0%) and higher education level (56.0%). Hypertension was the most prevalent chronic disease (24.0%). The overall prevalence of overweight was 35.4%, being higher among the young adults (42.4%). Consumers knew the difference between organic and conventional foods (90.0%), the main reason for purchasing them is health (70.0%) and that the low frequency of fairs (26.0%) is one of the limiting factors for access. Among the suggestions for organic foods are tomatoes (26%), carrots (20%), peppers (18%), onions (14%) and cabbage (10%). The results showed the need for expansion and qualification of these fairs in Maceió, in addition to the diversification of production to meet consumer demand.

**KEYWORDS:** Food organic. Consumer profile. Agroecological fairs.

<sup>1</sup> Participante do Projeto de Extensão “Síndrome Metabólica” pela Universidade Federal de Alagoas - UFAL (2012-2013). E-mail: lucimar79.lima@hotmail.com

<sup>2</sup> Professora associada da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). E-mail: alice.fanut@hotmail.com

<sup>3</sup> Professora adjunta da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). E-mail: risiamenezes@yahoo.com.br

## 1 INTRODUÇÃO

A Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), aprovada na câmara dos deputados e sancionada pelo presidente da República, no Art. 3º, define segurança alimentar e nutricional (SAN) como:

A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2006).

A Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) tem como objetivo promover a SAN, assegurar o direito humano e alimentação adequada em todo território nacional. A segunda diretriz dessa política é a “promoção do abastecimento e estruturação de sistemas sustentáveis e descentralizados, de base agroecológica, de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos” (BRASIL, 2010).

Nesse sentido, a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, define sistema orgânico de produção como todo aquele que utiliza técnicas específicas, com uso de recursos naturais e socioeconômicos disponíveis, preservando a integridade cultural das comunidades rurais, cujo objetivo é a sustentabilidade econômica e ecológica, a não utilização de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente (BRASIL, 2003).

Apesar das leis e políticas que asseguram os sistemas sustentáveis de produção, o Brasil é um dos maiores consumidores mundiais de agrotóxicos, ocupando a segunda posição entre as intoxicações exógenas agudas: entre 1999 e 2008, notificaram-se 137.089 casos (BRASIL, 2012).

Estudo realizado com dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), de 2000 a 2009, identificou 2.052 óbitos devido à intoxicação por agrotóxicos no Brasil. Em relação às intoxicações ocupacionais por agrotóxicos, 43,8% dos óbitos ocorreram na região Nordeste, entre 2008 e 2009 (SANTANA; MOURA; NOGUEIRA, 2013).

A busca por alimentos produzidos com um menor teor de agrotóxicos e mais sustentável ao meio ambiente cresce em escala mundial e no Brasil (BRASIL, 2007). Entretanto, o alimento orgânico ainda não é competitivo no mercado, devido à baixa demanda, quando comparado aos convencionais. Isso se deve ao enfrentamento entre o grande circuito (os supermercados) e os circuitos curtos (as feiras e vendas diretas). O grande circuito impõe barreiras para o agricultor, com a padronização e incorporação de serviços aos produtos (uso de embalagens plásticas ou isopor), entre outras (SOUZA et al., 2012).

O circuito curto caracteriza-se pela ausência de intermediação, aproximando agricultores e consumidores, permitindo melhores resultados de seu trabalho em termos de renda (SOUZA et al., 2012). Além disso, os produtos orgânicos vendidos nos supermercados apresentam preços mais elevados do que os encontrados nas feiras orgânicas, sendo estes últimos livres dos custos com certificação e cadeia produtiva (SOUZA, 2011).

Destaca-se ainda que quando o consumidor escolhe os alimentos orgânicos, está ingerindo menos agrotóxicos, favorecendo a transição ecológica que busca eliminar os elementos tóxicos dos alimentos, do solo e das águas de forma progressiva, promovendo a saúde ambiental. Além disso, embora os alimentos orgânicos apresentem baixa toxicidade, maior tempo de conservação, e maior concentração de nutrientes em alguns alimentos, mais estudos devem ser realizados para comprovar essa superioridade em termos de valor nutricional (SOUZA et al., 2012).

De acordo com Vilas Boas, Sette e Brito (2006), o conhecimento sobre o comportamento de consumidores de alimentos orgânicos em feiras livres tem sido alvo de vários estudos, pois cada vez mais eles assumem uma posição crítica em relação à sua segurança alimentar e ao consumo de produtos industrializados.

Pretende-se, através deste estudo, traçar o perfil dos consumidores de duas feiras orgânicas de Maceió. Os resultados deverão fornecer subsídios para melhorar a qualidade e apresentação dos alimentos, como também contribuir para a reorientação da produção dos agricultores familiares responsáveis por essas feiras.

## METODOLOGIA

Trata-se de estudo de desenho transversal, de caráter quantitativo, envolvendo consumidores de duas feiras orgânicas de Maceió, localizadas no Campus A.C. Simões, da Universidade Federal de Alagoas e na Praça do Centenário. Os agricultores dessas feiras constituem público alvo do Projeto de Extensão “*Colhendo Bons Frutos: Nutrição e Agroecologia*”, da Faculdade de Nutrição da UFAL.

Foram entrevistados 50 consumidores de alimentos de duas feiras orgânicas de Maceió, tendo como critério a inclusão indivíduos com idade maior que 18 anos, de ambos os sexos. As entrevistas foram realizadas por estudantes da Universidade Federal de Alagoas, de forma aleatória e individual, com os consumidores, durante as compras nas feiras orgânicas, totalizando 8 visitas, sendo 5 aos domingos (Praça do Centenário) e 3 às quartas feiras (UFAL). A coleta de dados foi realizada entre fevereiro e maio de 2017.

O instrumento utilizado para coleta de dados foi um formulário, composto por questões semiabertas sobre aspectos socioeconômicos (renda e escolaridade) e demográficos (sexo, idade), percepção sobre alimentação saudável, frequência e motivação para a compra de alimentos orgânicos, dificuldades encontradas para sua aquisição e sugestões de produtos a serem produzidos e comercializados nas feiras orgânicas.

Utilizou-se o questionário para marcadores de consumo alimentar, proposto pelo Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN), objetivando identificar com que frequência os entrevistados consumiram alguns alimentos e bebidas nos últimos 7 dias. Os alimentos foram divididos em dois grupos: saudáveis (exemplo: consumo diário de feijão, legumes, verduras) e poucos recomendados (exemplo: consumo frequente alimentos fritos e guloseimas) (BRASIL, 2008). Considerou-se consumo regular de alimentos quando eram ingeridos em cinco ou mais dias da semana (BRASIL, 2017).

Para avaliar o estado nutricional dos consumidores, foram utilizados dados de morbidade, peso e altura, autorreferidos de acordo com metodologia do VIGITEL – Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (BRASIL, 2015).

Para classificar o estado nutricional dos indivíduos, utilizou-se o IMC, adotando os

pontos de corte propostos pela OMS (1995) e Lipschitz (1994), para adultos e idosos, respectivamente. Nos indivíduos com faixa etária entre 18 e 59 anos, foram considerados como baixo peso, eutrofia e excesso de peso valores do IMC  $< 18,5 \text{ Kg/m}^2$ , entre  $18,5$  e  $24,9 \text{ Kg/m}^2$  e  $\geq 25 \text{ Kg/m}^2$ , respectivamente (WHO, 1995). Para aqueles com idade igual ou superior a 60 anos, foram considerados valores do IMC para baixo peso  $< 22 \text{ Kg/m}^2$ , eutrofia  $22-27 \text{ Kg/m}^2$  e excesso de peso  $> 27 \text{ Kg/m}^2$  (LIPSCHITZ, 1994).

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), da Universidade Federal de Alagoas – UFAL, com parecer número CAAE 58847516.7.0000.5013. Os indivíduos foram convidados a fazer parte do estudo pelos pesquisadores responsáveis, efetivando sua participação, após a assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido – TCLE. O entrevistador explicou os objetivos da pesquisa, bem como, a confidencialidade dos dados.

Os resultados foram digitados e avaliados, quanto à sua consistência interna, pelos pesquisadores antes da análise. Os pacotes estatísticos utilizados foram o EPI INFO, versão 3.5.4 e o STATA 13.0, sendo realizadas análises descritivas das variáveis em estudo.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados mostram predominância de consumidores com idade entre 30 e 59 anos (54,0%), a maioria do sexo feminino (64,0%), possui renda familiar maior ou igual a 5.0 salários mínimos (44,0%) e nível de escolaridade superior (56,0%), (Tabela 1). Resultados semelhantes foram observados em uma pesquisa descritiva realizada em Belo Horizonte, na qual a maioria dos consumidores era do sexo feminino (76,0%), tinha idade mínima de 31 anos (90,3%), nível de escolaridade superior (81,5%) e renda familiar elevada (acima de 12 salários mínimos/mês), (78,7%) (ANDRADE & BERTOLDI, 2012). Um estudo sobre mudanças no perfil de consumidores de feiras orgânicas mostra um perfil diferente, quando comparado com outros estudos, com aumento na frequência de consumidores com ensino fundamental (39,0%), sendo a diferença percentual de apenas 1,18% em relação aos consumidores que possuíam ensino superior (40,18%) (PEREIRA, et al., 2015).

**Tabela 1.** Caracterização das condições socioeconômicas e demográficas dos consumidores de alimentos orgânicos. Maceió (AL), BRASIL 2017

<b>Variáveis</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
<b>Idade (anos)</b>		
18 + 29	6	12,0
30 + 59	27	54,0
≥ 60	15	30,0
Sem informação	2	4,0
<b>TOTAL</b>	<b>50</b>	<b>100,0</b>
<b>Sexo</b>		
Feminino	32	64,0
Masculino	18	32,0
<b>TOTAL</b>	<b>50</b>	<b>100,0</b>
<b>Renda familiar (SM)</b>		
< 1.0 a 2.0	16	32,0
3.0 a 4.0	11	22,0
≥ 5.0	22	44,0
Sem informação	1	2,0
<b>TOTAL</b>	<b>50</b>	<b>100,0</b>
<b>Escolaridade</b>		
Ensino fundamental	6	12,0
Ensino médio	16	32,0
Ensino superior	28	56,0
<b>TOTAL</b>	<b>50</b>	<b>100,0</b>

**Fonte:** Própria.

Foi possível evidenciar que a maior parte dos consumidores das feiras orgânicas estudadas é constituída pelo público feminino, visto que as compras de casa são realizadas, em sua maioria, pelas mulheres. Bernardes et al. (2016) identificaram que, no ambiente familiar, a mulher continua sendo a responsável pela alimentação de todos os moradores da casa, desde a compra, escolha ou preparo dos alimentos consumidos pela família.

Em relação à frequência da compra de alimentos orgânicos, observou-se que houve predominância de uma a duas vezes por semana (68,0%), sendo que a maioria dos entrevistados (86,0%) referiu consumir alimentos orgânicos há um período maior ou igual a seis meses (Tabela 2). Estudo realizado no CEASA – DF, sobre frequência de compra de alimentos orgânicos, evidenciou que 61% dos entrevistados relataram adquirir seus produtos uma vez por semana e apenas 5,0% mencionaram adquirir duas vezes por semana. Neste mesmo estudo, em relação ao tempo de consumo, 26,0% sempre consumiram e 18% consomem há menos de um ano (VERSIANI, 2016).

Quanto à percepção dos consumidores, 90,0% afirmaram saber a diferença entre alimentos orgânicos e convencionais (Tabela 2). Resultados semelhantes foram observados em um estudo realizado em Pelotas/RS, no qual 90,32% afirmaram saber qual a diferença entre os produtos (PEREIRA, et al., 2015).

Do total dos entrevistados, 60,0% relataram ter dificuldades para adquirir os alimentos orgânicos (Tabela 2) e que a pouca frequência das feiras (26,0%) é um dos principais fatores limitantes para o acesso, seguido da pouca variedade de produtos (14%), distância das feiras (4%) e outras dificuldades (14%). Resultados divergentes foram observados em Belo Horizonte /MG, em que a principal limitação para compra foi o preço elevado (47,5%), seguido da baixa qualidade (16,0%) e a oferta irregular (14,5%) (ANDRADE & BERTOLDI, 2012).

**Tabela 2.** Conhecimento dos consumidores sobre alimentos orgânicos e frequência para compra. Maceió (AL), BRASIL 2017

Variáveis	N	%
<b>Frequência de compras/semanal de alimentos orgânicos</b>		
1 - 2 vezes	34	68,0
3 - 4 vezes	3	6,0
5 - 6 vezes	1	2,0
Diariamente	10	20,0
Por ocasião	2	4,0
<b>Tempo de consumo de alimentos orgânicos</b>		
≥ 6 meses	43	86,0
< 6 meses	7	14,0
<b>Sabem a diferença entre alimentos orgânicos e convencionais</b>		
Sim	45	90,0
Não	5	10,0
<b>Dificuldades para aquisição dos alimentos orgânicos</b>		
Sim	30	60,0
Não	20	40,0

**Fonte:** Própria.

Em relação às vantagens, houve respostas variadas, predominando o entendimento de que os alimentos orgânicos não têm agrotóxicos (58,0%), sendo a principal vantagem em relação aos convencionais; em seguida, o sabor (8%), maior durabilidade (6%), entre outras vantagens (14%). Segundo Londres (2011), os agrotóxicos representam um grande perigo à saúde das pessoas, sobretudo quando expostas ao contato direto com os venenos, no campo ou na indústria.

Em relação às motivações para compras de alimentos orgânicos, predomina o entendimento de que são melhores para saúde (70,0%); em seguida, o sabor (6%); benefício para o agricultor (2%); entre outros motivos (20%). Apenas 2% dos consumidores reconhecem a importância de comprar o alimento diretamente do agricultor familiar, com preços acessíveis.

Quando o consumidor adquire o alimento orgânico, ele está contribuindo para o fortalecimento da agricultura familiar, a promoção da saúde, a qualidade de vida e para a manutenção dos ecossistemas naturais. Dessa maneira, o estímulo ao pequeno agricultor, à biodiversidade e ao desenvolvimento local sustentável possibilita o aumento da demanda e da oferta de preços justos (SOUZA et al., 2012).

Segundo Castro (2015), as práticas alimentares dos brasileiros não correspondem ao

desejado e esses hábitos alimentares inadequados estão associados ao aumento da obesidade e doenças crônicas não transmissíveis, como diabetes e hipertensão. Entretanto, ações têm sido desenvolvidas, no sentido de resgatar a cultura alimentar e a valorização do consumo, como um ato político, não apenas comer em função do gosto, da tradição ou do cuidado com a saúde individual, mas também em função das consequências ambientais, sociais e econômicas.

De acordo com Moraes et al. (2012), o elevado nível de escolaridade e renda pode ser um fator contribuinte para a compra de orgânicos, pois quanto maior o nível de conhecimento, maior é a preocupação com a qualidade dos produtos consumidos.

Os dados referentes ao estado nutricional do grupo estudado evidenciaram uma prevalência de excesso de peso entre os indivíduos adultos jovens (42,4%), superior à dos idosos (20,0%), sendo estes últimos mais afetados pelo baixo peso (33,3%). Em relação ao sexo, a prevalência de excesso de peso no sexo masculino (50,0%) foi duas vezes maior do que no sexo feminino (25,0%) (Tabela 3). Em um estudo transversal, de base populacional, com mulheres moradoras de uma região metropolitana de Campos Elíseos – Duque de Caxias, evidenciou-se que mais da metade das mulheres (56,0%) estavam acima do peso e que os resultados da análise multivariada demonstraram que, para aquelas com menos de quatro anos de estudo, a prevalência de sobrepeso foi 1,70 vezes maior, em relação àquelas que estudaram mais de oito anos (LINS, 2013).

No Brasil, segundo dados da Pesquisa de orçamentos familiares (POF), o excesso de peso em adultos, nos 34 anos decorridos, desde 1974-1975 a 2008-2009, aumentou em quase três vezes no sexo masculino (de 18,5% para 50,1%), e em quase duas vezes no sexo feminino (de 28,7% para 48,0%) (IBGE, 2010). De acordo com os resultados encontrados pelo VIGITEL, em 2016, o excesso de peso cresceu 26,3%, nos dez anos decorridos, passando de 42,6%, em 2006, para 53,8%, em 2016. Tal aspecto foi mais prevalente entre as pessoas do sexo masculino (57,7%) do que no sexo feminino (50,5%), e quanto menor a escolaridade maior o percentual de excesso de peso (59,2%). Em Maceió, a prevalências de excesso de peso entre os indivíduos adultos do sexo masculino e feminino foi de 57,1% e 54,0%, respectivamente (BRASIL, 2017).

**Tabela 3.** Estado nutricional (IMC), segundo idade, sexo dos consumidores de alimentos orgânicos de Maceió. BRASIL, 2017

Variáveis	Baixo peso		Eutrofico		Excesso de peso			
	N	%	n	%	n	%	N	%
<b>Idade (anos)</b>								
18 + 60	33	66,0	1	3,0	16	48,4	14	42,4
≥ 60	15	30,0	5	33,3	6	40,0	3	20,0
TOTAL	48	100	6	12,5	22	45,8	17	35,4
<b>Sexo</b>								
Feminino	32	64,0	3	9,3	16	50,0	8	25,0
Masculino	18	36,0	3	16,6	6	33,3	9	50,0
TOTAL	50	100	6	12,0	22	44,0	17	34,0

**Fonte:** Própria.

Quanto às doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) referidas pelos consumidores, a hipertensão arterial foi a mais prevalente (24,0%), seguida pela diabetes (6,0%), doenças respiratórias (6,0%), doenças cardiovasculares (4%), câncer (2%), entre outras doenças crônicas (14%). Esses dados são semelhantes aos da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), realizada em 2013, cuja prevalência de hipertensão arterial foi de 21,4% e diabetes de 6,2% (MALTA et. al., 2015). Da mesma forma, aproximam-se dos resultados do VIGITEL para Maceió, no ano de 2016, cujas frequências de adultos que referiram diagnóstico médico de hipertensão arterial e diabetes foram 25,6% e 8,1%, respectivamente (BRASIL, 2017).

As DCNTs constituem problema de saúde pública, sendo responsáveis por 63,0% de um total de 36 milhões de mortes no mundo, em 2008, de acordo com estimativas da Organização Mundial de Saúde, com destaque para as doenças do aparelho circulatório, diabetes, câncer e doença respiratória (BRASIL, 2011). No Brasil, em 2011, 72,7% do total de mortes foram atribuídas as DCNT, com destaque para doenças cardiovasculares (30,4%), as neoplasias (16,4%), as doenças respiratórias (6%), o diabetes (5,3%) e outras doenças crônicas (14,7%) (MALTA et. al., 2014). A alta escolaridade, renda, e acesso à assistência à saúde e o

conhecimento do diagnóstico dessas enfermidades podem estar influenciando a compra de alimentos mais saudáveis em feiras orgânicas.

Os resultados referentes à frequência de consumo alimentar nos últimos sete dias evidenciaram que os entrevistados consomem salada crua (52,0%), legumes e verduras (54,0%), frutas ou salada de frutas (74,0%), feijão (62,0%), leite ou iogurte (54,0%), em cinco ou mais dias da semana. Houve baixo consumo dos alimentos considerados pouco recomendados, em cinco ou mais dias da semana, de acordo com os marcadores de consumo alimentar propostos pelo Ministério da Saúde, sendo biscoitos salgados ou salgadinhos de pacotes (16,0%) os mais citados (Tabela 4).

Com base nos dados obtidos pelo VIGITEL (2016), em Maceió, o consumo de alimentos considerados saudáveis, como as frutas e hortaliças, foi de 32,1%, e feijão, de 65,4%, e os alimentos não saudáveis, como os doces e refrigerantes, foi de 15,6% e 10,1%, respectivamente (BRASIL, 2017). É possível observar valores divergentes em relação à população estudada, porém devem-se considerar as especificidades dos hábitos alimentares desses consumidores.

Os resultados encontrados indicam que a maioria dos consumidores das feiras orgânicas estudadas possui padrões de alimentação e comportamentos saudáveis, o que provavelmente está relacionado com o nível de escolaridade superior e melhores condições de renda, conforme tópico citado anteriormente.

**Tabela 4.** Frequência de consumo de alimentos nos últimos sete dias pelos consumidores de alimentos orgânicos. Maceió (AL). BRASIL 2017

	Nenhum		1 a 2 dias		3 a 4 dias		≥ 5 dias	
	n	%	n	%	n	%	n	%
<b>Salada crua</b>	5	10,0	6	12,0	13	26,0	26	52,0
<b>Legumes e verduras cozidas</b>	5	10,0	10	20,0	8	16,0	27	54,0
<b>Frutas ou salada de frutas</b>	2	4,0	8	12,0	5	10,0	37	74,0
<b>Feijão</b>			14	28,0	5	10,0	31	62,0
<b>Leite ou iogurte</b>	17	34,0	4	8,0	7	14,0	22	54,0
<b>Batata frita ou salgados fritos</b>	46	92,0	3	6,0				
<b>Hambúrguer e embutidos</b>	44	88,0	4	8,0			2	4,0
<b>Biscoitos salgados ou salgadinhos de pacotes</b>	31	62,0	7	14,0	2	4,0	8	16,0
<b>Biscoitos doces, balas e</b>	33	66,0	9	18,0	5	10,0	3	6,0

<b>chocolates</b>								
<b>Refrigerantes</b>	41	82,0	7	14,0	1	2,0	2	4,0

**Fonte:** Própria.

Dentre os produtos mais sugeridos pelos consumidores de alimentos orgânicos, a serem produzidos e comercializados nas feiras orgânicas, estão: o tomate (26%), seguido da cenoura (20%), pimentão (18%), cebola (14%) e couve (10%). Esses alimentos sugeridos fazem parte da cultura alimentar da população brasileira e foram analisados pelo Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos – PARA (BRASIL, 2016), em que se verificou o percentual de agrotóxicos detectados como não autorizados. Do total de agrotóxicos detectados está distribuído da seguinte maneira: pimentão, 71,0%; couve, 83,0%; cenoura, 56,0%; cebola, 33,0%, e tomate, 21,0%. É possível que esta seja a motivação para busca dos referidos alimentos em feiras orgânicas.

Segundo Almeida, Carneiro e Vilela (2009), o uso de agrotóxicos em hortaliças coloca em risco frequente o consumidor, o ambiente e os trabalhadores, tornando-os vulneráveis à contaminação química.

A produção orgânica, por sua vez, possibilita a oferta de alimentos mais seguros, em relação à contaminação por agrotóxicos, embora seu acesso esteja limitado ao consumidor de maior renda e instrução formal (OLIVEIRA; RÉVILLION; SOUZA, 2016).

## CONCLUSÃO

Os consumidores das feiras orgânicas da Universidade Federal de Alagoas e da Praça do Centenário possuem nível de escolaridade superior; a maioria é do sexo feminino, sabe a diferença entre alimentos orgânicos e convencionais e o principal motivo para compra envolve a preocupação com sua qualidade de vida. No entanto, uma pequena parcela de consumidores reconhece a importância da compra dos alimentos orgânicos como benefício para o agricultor, não apenas enquanto cuidado com o meio ambiente e com a sua própria vida.

A hipertensão arterial foi a doença crônica mais prevalente na população estudada e esses dados se aproximaram dos resultados do VIGITEL para Maceió. Acredita-se que o conhecimento do diagnóstico dessas enfermidades possa estar influenciando a compra de

alimentos mais saudáveis em feiras orgânicas.

A compra em feiras agroecológicas tem sido a melhor alternativa, por elas apresentarem alimentos mais saudáveis e com preços mais acessíveis, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e permanência dos agricultores familiares nos seus espaços de origem, potencializando a expansão nas áreas produtivas e a incorporação de novos agricultores.

Os resultados evidenciaram maior consumo de alimentos saudáveis, em detrimento dos considerados pouco recomendados, evidenciando que a maioria dos consumidores das feiras orgânicas estudadas possui padrões de alimentação e comportamentos saudáveis. Estes, preocupados com sua qualidade de vida, apontaram a pouca diversidade como dificuldade e sugeriram a produção e comercialização de alimentos, como: tomate, cenoura, pimentão, cebola e couve. Para eles, a pouca frequência das feiras é um fator limitante para o acesso aos alimentos orgânicos.

Conclui-se que a produção de alimentos em base agroecológica é a única totalmente compatível com os conceitos de segurança alimentar e nutricional e de alimentação saudável, adotados pelo governo brasileiro, e que os mesmos têm sido cada vez mais valorizados pelos consumidores. Os resultados mostraram a necessidade de ampliação e qualificação das feiras orgânicas ou agroecológicas em Maceió, bem como a diversificação da produção de alimentos orgânicos, para atender a demanda dos consumidores.

## REFERÊNCIAS:

ANDRADE, L. M. S.; BERTOLDI, M. C. Atitudes e motivações em relação ao consumo de alimentos orgânicos em Belo Horizonte - MG. **Food Technol**, p. 31–40, 2012.

ALMEIDA, V. E. S.; CARNEIRO, F. F.; VILELA, N. J. Agrotóxicos em hortaliças: segurança alimentar, riscos socioambientais e políticas públicas para promoção da saúde. **Tempus. Actas em Saúde Coletiva**, v. 4, n. 4, p. 84-99, 2009.

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 set. 2006. Seção 1, p. 1.

\_\_\_\_\_. Lei n.10.831, de 23 de dezembro de 2003. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 dez. 2003. Seção 1, p. 8.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 7 272, de 25 de agosto de 2010. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 ago. 2010. Seção 1, p. 6.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Departamento de Vigilância de Doenças e Agravos não Transmissíveis e Promoção da Saúde**: Vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico – VIGITEL 2016. Brasília, 2017. 160 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Departamento de Vigilância de Doenças e Agravos não Transmissíveis e Promoção da Saúde**: vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico – VIGITEL 2014. Brasília, 2015. 152 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação de Saúde. **Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) no Brasil 2011-2022**. Brasília (DF), 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Protocolos do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional - SISVAN na Assistência à Saúde. Brasília: **Ministério da Saúde**, 2008. 55 p.

BRASIL. Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA): Relatório das Análises de Amostras Monitoradas no Período de 2013 a 2015. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Brasília: **ANVISA**, 25 de nov de 2016. 33p.

BRASIL. Ministério da Agricultura; Pecuária e Abastecimento. Cadeia produtora de produtos orgânicos, Secretária de Política Agrícola, Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. Brasília: **IICA: MAPA/SPA**, 2007, v. 5. 108 p.

BERNARDES, A. F. M; SILVA, C. G; FRUTUOSO, M. F. P. Alimentação saudável, cuidado e gênero: percepções de homens e mulheres da Zona Nordeste de Santos – SP. **Demet: Alimentação, Nutrição & Saúde**, v.1, n.3, p. 559 – 573, 2016.

CASTRO, I. R. R. Desafios e perspectivas para a promoção da alimentação adequada e saudável no Brasil. **Caderno de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, p. 7-9, jan. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008 – 2009**: Antropometria e estado nutricional de crianças, adolescentes e adultos no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br>>. Acesso em: 14 jun 2016.

LINS, A. P. M. et al. Alimentação saudável, escolaridade e excesso de peso entre mulheres de baixa renda. **Ciências e Saúde Coletiva**, v.18, n. 2, p. 357-366, 2013.

LIPSCHITZ, D. A. Screening for nutritional status in the elderly. **Primary Care**, Philadelphia, Saunders, v. 21, n. 1, p. 55-67, mar. 1994.

LONDRES, F. **Agrotóxicos no Brasil - um guia para ação em defesa da vida**. Rio de Janeiro: AS-PTA - Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa, 2011.

MALTA, D. C., et al. A vigilância e o monitoramento das principais doenças crônicas não transmissíveis no Brasil – Pesquisa Nacional de Saúde, 2013. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v.18, n. 2, p. 3-16. Dez. 2015.

MALTA, D. C et al. Mortalidade por doenças crônicas não transmissíveis no Brasil e suas regiões, 2000 a 2011. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**. Brasília, v. 23, n. 4, p. 599-608, out-dez. 2014.

MORAIS, F. F. et al. Perfil dos consumidores de produtos orgânicos da feira agroecológica do mercado municipal de Goiânia-GO. **Revista Verde**, v.7, n. 4, p. 64-70, 2012.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE (OPAS). Saúde nas Américas: panorama regional e perfis de países. Publicação Científica e Técnica No. 636. Washington, DC: OPAS, 2012. Disponível em: < <http://bit.ly/Qz6C28>>. Acesso em: 12 jun. 2016.

OLIVEIRA, G. V.; RÉVILLION, J. P. P.; SOUZA, A. R. L. O risco à saúde dos brasileiros no consumo de frutas, legumes e verduras com resíduos de agrotóxicos e as oportunidades emergentes. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v.11, n. 2, p. 129-139, 2016.

PEREIRA, M. C. et al. Mudança no perfil sociodemográfico de consumidores de produtos orgânicos. **Ciências e Saúde Coletiva**, v. 20, n. 9, p. 2797–2804, 2015.

SANTANA, V. S; MOURA, M. C. P; NOGUEIRA, F. F. E. Mortalidade por intoxicação ocupacional relacionada a agrotóxicos, 2000-2009, Brasil. **Revista de Saúde Pública**, v. 47, n. 3, p. 598–606, 2013.

SOUZA, A. A. et al. Alimentos orgânicos e saúde humana: estudo sobre as controvérsias. **Revista Panamericana de Salud Pública**, v. 31, n. 6, 2012.

SOUZA, A. R. D. **Análise do comportamento do consumidor e do produtor/comercializador de hortifrutis orgânicos da região metropolitana de Belo Horizonte**. 2011. 160 f. Dissertação (Mestrado em administração) – Faculdade de Ciências Sociais, Universidade FUMEC, Belo Horizonte (MG), 2011.

VERSIANI, R. O. **Percepção dos consumidores e tomada de decisão na compra de alimentos orgânicos: o caso do Mercado Orgânico e da Feira do Produtor da Agricultura Familiar/ CEASA – Brasília/DF**. 2016. 53f., il. Monografia (Bacharelado em Gestão de Agronegócios) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

VIEIRA, I. S. S. **Avaliação do perfil do consumidor de alimentos orgânicos no Distrito do Ingleses do Rio Vermelho – SC**. 2016. 28f. Trabalho de Conclusão de curso (Especialização) – Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis (SC), Jul. 2016.

VILAS BOAS, S. H. T; SETTE, R. S.; BRITO, M. J. Comportamento do consumidor de produtos orgânicos: uma aplicação da cadeia de meios e fins. **Organizações Rurais & Agroindustriais, Lavras**, v. 8, n. 1, p. 25-39, 2006.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **The world health report 1995**: bridging the gaps. Report of The Director General. Geneva: WHO, 1995. 123 p. Disponível em: <<http://www.who.int/whr/1995/en/>>. Acesso em: 12 Jun. de 2016.